



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
Diretoria de Financiamento Externo e Comércio Exterior
Coordenação-Geral de Financiamento Externo
Cartas-Consulta

ATA DE REUNIÃO

Ata de Reunião

170ª Reunião Cofix

Às 16h do dia 7 de dezembro de 2023, realizou-se a 170ª Reunião Cofix, no formato de videoconferência, por meio da plataforma *Microsoft Teams*.

As indicações de recomendações dos membros foram proferidas na videoconferência acerca das cartas-consulta que haviam sido disponibilizadas na Agenda, documento anexado ao e-mail de convocação para a reunião.

A reunião contou com a participação dos seguintes membros da Cofix:

1. Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO);
2. Renata Vargas Amaral, Secretária-Executiva da Cofix;
3. Debora Freire Cardoso, representante da Secretaria de Política Econômica - SPE (MF);
4. Suzana Teixeira Braga e Renato Mota, representantes da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (MF);
5. Hélio Henrique Fonseca Miranda, representante da Subsecretaria de Dívida Pública do Tesouro Nacional - STN (MF)
6. Ivan Tiago Machado Oliveira, representante da Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN (MF);
7. Clayton Luiz Montes, representante da Secretaria de Orçamento Federal - SOF (MPO);
8. Leany Barreiro de Sousa, representante da Secretaria Nacional de Planejamento - SEPLAN (MPO);
9. Joan Frederick Baudet Ferreira França - representante da Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros - SAEF (MRE).

1. Abertura e boas-vindas – Secretário-Executivo, Adjunto da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento, do Ministério do Planejamento e Orçamento (SEID/MPO)

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira, Secretário-Executivo, Adjunto do MPO iniciou a reunião cumprimentando a todos e abriu espaço para que os representantes de cada Secretaria, que indicariam os votos, se apresentassem. Na sequência, apresentou a proposta de Ata da Reunião Cofix nº 168, a qual foi aprovada por unanimidade.

2. Informes da Secretaria-Executiva da Cofix

Palavras de agradecimento de Renata Amaral, Secretária-Executiva da Cofix. Renata informa que se trata da última Reunião Cofix do ano e que foi um ano de muito trabalho, de muitas mudanças na SEAID e nas demais Secretarias que participam da Cofix, então que foi um grande esforço conjunto para que tudo desse certo. E que todos estão muito felizes de entrar nesta Reunião com um grande número de cartas-consulta apresentadas e que, apesar do volume de trabalho por conta das mesmas, é um reflexo de tudo o que foi realizado ao longo do ano como mais transparência, mais previsibilidade com a publicação de pautas, resoluções e calendário. Que foram necessárias negociações e reformulações em conjunto e que acredita que em 2024 ainda terão mais.

E que além das cartas-consulta para deliberação ainda há duas propostas de Resoluções relacionadas de agenda verde e parcerias público-privadas que são resultado de um grande trabalho ao longo dos meses do segundo semestre de 2023 e que virão outras demandas relacionadas a diversos temas em 2024, para que todos continuem construindo em conjunto, mas que todos terminam o ano de uma forma muito satisfatória principalmente com a entrega destas duas Resoluções que foram trabalhadas por tantos meses. E por isso gostaria de agradecer a todos pelo ano de trabalho.

3. Limite de Garantia

Vanessa Carvalho dos Santos, Secretária Adjunta de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento falou sobre o limite de garantia concedido pela União para operações de crédito para o ano de 2023, o qual foi definido da seguinte forma:

- Para entes subnacionais que tenham aderido ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal – PEF e Regime de Recuperação Fiscal – RRF, o limite é de US\$ 1 bilhão;
- Para os demais entes subnacionais, o limite é de US\$ 4,5 bilhões;
- Para os pleiteantes do Governo Federal, o limite é de US\$ 2 bilhões;
- Para a reunião nº 170, o limite é de US\$ 864 milhões para PEF e RRF; US\$ 1,024 bilhão para entes subnacionais e US\$ 1,5 bilhão para o ano referente aos pleitos do Governo Federal.

4. Alteração da Resolução Cofix

Foi publicada a Resolução Cofix nº 57 de 2023 que altera a Resolução nº 1 de 2022, que trata dos programas que aderiram ao PEF e RRF. Dentre as alterações realizadas, está o disposto no parágrafo 3º do artigo 6º que diz: "Se o sublimite de que trata o caput não for utilizado em sua integralidade até a última Reunião da Cofix que vier a ocorrer no exercício, seu saldo remanescente será incorporado ao sublimite geral para operações de financiamento externo de Estados, Distrito Federal e Municípios a serem avaliadas na última Reunião da Cofix do exercício." Então, este dispositivo será utilizado para composição do limite de entes subnacionais desta Reunião remanescente e que o saldo remanescente de 2023 para o PEF e RRF é de aproximadamente US\$1,9 bilhão.

Informa também a divulgação dos resultados das deliberações do GTEC Execução e COFIEIX em até 48h após a reunião e ressalta a importância de não haver nenhuma divulgação dos resultados da presente reunião ou da própria reunião da Cofix logo após o término desta reunião. Os projetos que tiverem a preparação aprovada serão publicados no Diário Oficial da União por meio das Resoluções.

Foi aberta a palavra caso alguns dos membros tivesse alguma consideração a fazer com relação aos limites fixados.

Foi apresentado o calendário tentativo com as Reuniões do ano de 2024 e não houve objeção quanto às

datas sugeridas. Vanessa informou que o calendário será publicado no site em Reunião da Cofix.

5. Pedido de Retirada de Pauta

No total foram seis pedidos de retirada de pauta. Da União: 1- Conexões Educacionais Fortalecendo a Aprendizagem a Governança e 2 - Equidade e Conectividade Significativa uma Nova Agenda Digital para o Brasil do Futuro (Ministério das Comunicações). De entes subnacionais: 3- o Estado do Pará solicitou a retirada de pauta do Programa de Expansão do Acesso e Elevação da Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica; 4 - a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA solicitou a retirada de pauta do programa Mais Saneamento Bahia; 5 - Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Sergipe; e 6 - o Estado de Goiás solicitou a retirada de pauta do Programa Goiás em Movimento Reconstrução - CAF.

6. Início dos debates

A pauta desta reunião é composta por 48 cartas-consulta, perfazendo um total de recursos a serem financiados por organismos internacionais da ordem de US\$ 7,1 bilhões. Dentre estas 48 cartas-consulta, 37 são provenientes de entes subnacionais e suas companhias que somam um total de US\$ 3,9 bilhões e 11 são provenientes de empresas públicas de entes federais além dos próprios entes federais no valor de US\$ 3,8 bilhões. As cartas-consulta foram apresentadas individualmente. Primeiramente, foram analisados os projetos/programas federais e, em seguida, os projetos/programas subnacionais. Após as análises técnicas e debates, cada membro fez suas indicações de recomendação.

7. Deliberações

Durante a reunião, as indicações de recomendação se deram da seguinte forma:

Membros	SPE	STN	SAIN	SOF	SEAID	SEPLAN	SAEF
PROJETOS/PROGRAMAS FEDERAIS							
Reformas Institucionais para a Competitividade e a Melhoria do Ambiente de Negócios	Aprovação						
Projeto de captação multilateral junto ao New Development Bank (NDB) para aporte nos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Centro-Oeste (FDCO) e do Nordeste (FDNE)	Aprovação						
Programa de Integração e Segurança Hídrica do Sertão Baiano	Retirada de pauta						

Programa de Saneamento Ambiental nos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Retirada de pauta						
Projeto Brasil Contra o Crime	Retirada de pauta						
Programa Piloto de Gestão Proativa, Segura e Resiliente da Malha Rodoviária no Nordeste	Retirada de pauta						

PROGRAMAS DE EMPRESAS PÚBLICAS FEDERAIS

Programa de Integração de Energias Renováveis do Nordeste	Aprovação						
Programa AIIB – BNDES para Infraestrutura Verde e Sustentável	Aprovação						
Programa de Financiamento à Infraestrutura do Nordeste	Aprovação						
Programa de Linha de Crédito do Banco Mundial - CAIXA de Financiamento a Investimentos Sustentável e para transição para economia de baixo carbono	Aprovação						
Programa de Fomento a Infraestrutura de Energia Sustentável na Amazônia	Retirada de Pauta						

PROJETOS DE ENTES SUBNACIONAIS QUE ADERIRAM AO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL (RRF)

Projeto de Modernização do Estado de Goiás - PROFISCO III	Retirada de Pauta						
Programa Goiás em Movimento Reconstrução - BIRD	Retirada de Pauta						

PROJETOS SUBNACIONAIS

Vida Melhor Urbano: Inclusão Socioprodutiva para a Superação da Fome e da Pobreza em Contexto Urbano no Estado da Bahia	Aprovação						
---	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Programa Minas para Resultados: Descarbonização e Resiliência Climática da carteira de crédito do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	Aprovação						
Programa de Financiamento à Infraestrutura Sustentável no Estado do Espírito Santo	Aprovação						
Programa Acre Mais Produtivo - PROAMP	Aprovação						
Complemento ao Programa de Transição Energética do Pecém - PECÉM VERDE	Aprovação						
SCA - Salvador Capital Afro	Aprovação						
Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Sócio-Ambiental de Arapiraca (ARAPIRACA PARA TODOS)	Aprovação						
Sergipe Digital, Conectado e Sustentável	Aprovação						
Programa de Fortalecimento da Assistência Social e Qualificação do Atendimento a Indivíduos e Famílias em Vulnerabilidade e Risco Social no Município de São Paulo	Aprovação						
Programa de integração, desenvolvimento social e sustentável de Maceió - MCZ3i	Aprovação						
Projeto do Estado de São Paulo - Expansão da Linha 2-Verde, Aquisição de Sistemas de Sinalização, Alimentação Elétrica, Auxiliares e Telecomunicações	Aprovação						

Brasília - Capital da Iluminação Solar	Aprovação						
Programa de Estruturação da Mobilidade Urbana Sustentável de São José dos Campos - Novo Transporte Público Sustentável	Aprovação						
Programa de Ações Estruturantes de São Gonçalo do Amarante-RN - PAES II	Aprovação						
Programa de Drenagem Urbana Sustentável e Mobilidade Eficiente de Feira de Santana	Aprovação						
Programa de Recuperação e Manutenção Segura e Resiliente de Rodovias Estaduais (Estrada Boa)	Retirada de pauta						
Programa de Investimentos para o Desenvolvimento da Infraestrutura de Energia Elétrica em Santa Catarina.	Retirada de pauta						
Programa de Drenagem Urbana de São Vicente - São Vicente dos 500 anos	Retirada de pauta						
Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza	Retirada de pauta						
Programa de Qualificação Urbana de Centralidades em Belo Horizonte - Qualificação de Centralidades	Retirada de pauta						
Programa de Mobilidade Inteligente, Sustentável e Segura do Município de Porto Alegre	Retirada de pauta						

Programa Agrologístico de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar, Turismo Inclusivo e Adaptação as Mudanças do Clima no Estado do Tocantins.	Retirada de pauta						
Pará Mais Digital - Conectividade Significativa para a Transformação Digital do Pará	Retirada de pauta						
Melhoria do sistema de macrodrenagem visando a diminuição dos eventos de enchentes, alagamentos e inundações e implantação de Parques Lineares no Município de Campinas, SP	Retirada de pauta						
Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará: infraestrutura e saneamento na praia do Atalaia em Salinópolis/PA - PROSEP III	Retirada de pauta						
Programa de Aceleração e Desenvolvimento Municipal	Retirada de pauta						
Programa de Drenagem Urbana Resiliente às Mudanças Climáticas de Porto Alegre	Retirada de pauta						
Campinas + Sustentável: Construindo um Futuro Melhor	Retirada de pauta						
Programa Viva Bem Joinville - Moradia Social, Mitigação de Inundações e Melhorias Urbanísticas	Retirada de pauta						
Sustentáveis Implantação do Corredor de Transporte Coletivo BRT Expresso DF do Eixo Norte	Retirada de pauta						
Etapa 1							

Programa de Sustentabilidade Ambiental das Microrregiões de Água e Esgoto de Pernambuco - PSA	Retirada de pauta						
Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará - PROFISCO III - CE	Retirada de pauta						
Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Amazonas - PROFISCO III - AM	Retirada de pauta						
Programa de investimento em saúde para o fortalecimento e consolidação da rede de atenção às doenças crônicas não transmissíveis e saúde digital no estado de Alagoas	Retirada de pauta						
Programa de Infraestrutura e Transformação Digital de Pernambuco	Retirada de pauta						
PROJETOS RETIRADOS DE PAUTA A PEDIDO DO PROPONENTE							
Conexões Educacionais:							
Fortalecendo a Aprendizagem, a Governança e a Equidade	Retirada de pauta						
Conectividade Significativa: uma nova agenda digital para o Brasil do Futuro	Retirada de pauta						
Programa de Expansão do Acesso e Elevação da Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Pará	Retirada de pauta						
Mais Saneamento Bahia	Retirada de pauta						
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Sergipe	Retirada de pauta						

Pleitos Federais

Paulo Henrique, Diretor de Financiamento Externo e Comércio Exterior, realizou a leitura em bloco dos Projetos Federais. Na sequência passa a palavra para os representantes do Tesouro e SOF para apresentarem o posicionamento técnico em relação a estes pleitos e depois abre para os demais membros se manifestarem.

Clayton Montes menciona que em âmbito geral a SOF possui o seguinte posicionamento: quando o financiamento vai fomentar uma despesa primária, existe a linha de dar o voto contrário, então se o financiamento é destinado a uma despesa financeira ou para fundo “perdido”, não é colocado óbice. Nessa linha de raciocínio, ele elenca por carta consulta:

Manifestação contrária a contratação tendo em vista o impacto orçamentário e portanto considera inoportuna a contratação:

61022 – Gestão Proativa Malha Rodoviária Nordeste;

61035 – Programa de saneamento São Francisco e Parnaíba;

61036 – Programa Segurança Hídrica Sertão Baiano;

61023 - Programa Brasil Contra o Crime.

Manifestação Favorável:

61050- Projeto de captação multilateral junto ao New Development Bank (NDB) para aporte nos fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Centro -Oeste (FDCO) e do Nordeste (FDNE);

61063 – Reformas Institucionais para a Competitividade e a Melhoria do Ambiente de Negócios.

Clayton questiona sobre com o será feito o aporte ao Tesouro.

Hélio Miranda do STN esclarece que a princípio fica no sistema de reembolso de uma ação já realizada e que os recursos entrariam como pagamento de dívida.

Com relação ao mesmo questionamento, Vanessa ratifica que não há impacto orçamentário e o recurso vai direto para o Tesouro.

Vanessa pergunta então se alguns dos membros se posiciona contrariamente a aprovação dos dois primeiros pleitos e a retirada de pauta dos demais pleitos Federais.

Leany Barros pontua uma dúvida e menciona que no passado a Cofix e o próprio governo manifestaram alguns posicionamentos com relação ao não endividamento da União com o que não fosse investimento, ou seja, com o que fosse ação institucional. E menciona que o Projeto Reformas Institucionais para a Competitividade e a Melhoria do Ambiente de Negócios (61063) trata de ação institucional.

Vanessa esclarece que este é o único Projeto que se trata de PBL proveniente do MDIC nesta Reunião Cofix e que o outro Projeto PBL foi o bolsa família, destinado à área social, sendo assim, no ano de 2023, esses foram os dois únicos projetos que não trataram de investimentos e sim de ação social.

O MDIC informou na carta-consulta que eles têm a publicação de um novo Decreto que é o ProREG2 para

melhoria do ambiente regulatório com o intuito de realizar a continuidade desta política com foco nas agências e nos órgãos da Administração que fazem regulação, mas que não se veem como órgãos reguladores, o que resulta em um estoque muito grande relacionado a estes órgãos que não se veem como reguladores muitas vezes. Sendo assim, o programa seria para melhorias regulatórias junto a esses órgãos para que se obtivesse uma congruência maior da política regulatória no país. E que se trata de um projeto realizado juntamente com o BID.

Vanessa esclarece que este projeto foi protocolado no próprio ano de 2023 e que esta é a primeira Cofix deste Projeto que trata de PBL proveniente do MDIC.

Foi aberta a palavra para deliberação.

Sérgio questiona se é uma dívida que se cria para custeio e se fere a Regra de Ouro e Vanessa esclarece que não.

Após o questionamento acerca de alguma manifestação em contrário com relação a estes dois projetos e a concordância de todos os membros os dois projetos federais foram aprovados.

Projetos de Empresas Públicas Federais

Após a leitura de todos os projetos por Paulo Henrique, Vanessa questiona se existe alguma manifestação contrária quanto a aprovação de quatro dos cinco projetos apresentados. E que o projeto a ser retirado por não apresentar a nota mínima de 70% é o projeto Programa de Fomento à Infraestrutura de Energia Sustentável da Amazônia do BASA.

Tendo em vista que não houve manifestação contrária os quatro projetos foram considerados aprovados.

Pleitos de entes subnacionais que tenham aderido ao PEF e RRF

Vanessa ressalta que os pleitos em questão concorrem em limites específicos separados dos pleitos de entes subnacionais, no entanto esses projetos não forma incluídos nos planos de recuperação fiscal do estado e por este motivo a recomendação é de retirada de pauta.

A STN corrobora com a retira de pauta dos dois pleitos do Estado de Goiás.

Por não haver manifestação contrária, foi aprovada a retirada de pauta dos pleitos.

Leany sugere o envio do levantamento e resumo do que já foi aprovado com relação ao ProGestão e ProFisco.

Pleitos Subnacionais

Vanessa informa que serão repassados os pleitos dentro do limite de garantia, conforme o ranking seguindo o critério das pontuações mais altas de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução nº 17 de 2021, e após será aberta a palavra para manifestação dos membros. Em seguida serão repassados os pleitos que não atingiram a pontuação mínima necessária para aprovação dentro do limite de garantia e os que serão retirados de pauta por outros motivos.

Após a leitura da lista dos projetos subnacionais por Paulo Henrique, Vanessa questiona se há alguma posição contrária com relação aos mesmos. E considera os pleitos aprovados tendo em vista a ausência de manifestação por parte dos membros.

Leany questiona se os projetos que estão abaixo do ranking se dá por questão de limite ou por qualidade de projeto.

Vanessa esclarece que ao final serão repassados alguns projetos que tiveram recomendação de retirada de pauta por questões específicas com relação a ProFisco. Paulo Henrique complementa informando que os quatro últimos projetos na lista de pleitos subnacionais tratam de dois casos de ProFisco, um de violação de espaço fiscal e um além de violação de espaço fiscal, apresentar CAPAG C. Os demais se dão por falta de limite.

Leany apresenta como sugestão uma possibilidade de análise e seleção de projetos no ranking que tenham um maior impacto no IDH.

Vanessa complementa que com a publicação do PPA este poderá ser utilizado como uma "bússola" no Governo Federal pra as prioridades do Governo em relação a Cofix também. E que a parceria com a SEPLAN será fundamental para a construção de critérios novos e para a atualização da Resolução nº 17.

Paulo Henrique passa para a leitura dos projetos que estão sem pontuação. Não havendo manifestação contrária, Vanessa segue para o item 5.1 da pauta.

8. Propostas de Novas Resoluções Cofix:

Vanessa inicia esclarecendo que refere-se à criação de sublimites para projetos ambientais e climáticos e para projetos de parcerias público-privadas.

Informa ainda que, em reunião técnica do GTEC realizada no dia 22 de novembro de 2023, foram apresentadas as Minutas das Resoluções propostas e houve um momento para debate com relação a estes temas. No que tange à resolução de projetos ambientais e climáticos trata-se da proposta que estabelece um sublimite específico anual para autorização de preparação de projetos ou programas dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujos recursos sejam integralmente destinados a este fim. A Resolução propõe sete objetivos ligados à temática ambiental e climática cujo enquadramento será avaliado pela SEAID quando da submissão dos pleitos.

Trata-se, portanto, de proposta de edição de Resolução para instituir critérios de avaliação para autorização da preparação de projetos ou programas de Estados, Distrito Federal e Municípios cujos recursos sejam integralmente destinados a financiar o aporte ou garantir contra prestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado relacionado a parcerias público-privadas PPPs de que trata a Lei nº 11,079, de 30 de dezembro de 2004.

Vanessa informou que o pleito foi enviado pelo Tesouro e os debates começaram em meados de setembro. Desde então iniciou-se um trabalho junto ao Tesouro para que se chegasse a uma Minuta de Resolução adequada. E assim como a Resolução de PPP, a Resolução Ambiental também cumpriu todos ritos necessários para sua aprovação. Mencionou que foram realizadas discussões internas com o setor de Assessoria Econômica bem como com o Grupo Técnico onde foram tiradas todas as dúvidas dos membros e que se colocaram à disposição.

O que foi identificado é que, por uma questão da Resolução nº 17, os Estados informam que tentam, ao apresentarem projetos para a Cofix, abarcar o maior número de projetos/iniciativas possíveis dentro dos Estados e Municípios, porque eles possuem demandas muito grandes ligadas às mais diversas áreas como social e educação e muitas vezes o projeto fica bastante amplo justamente pra atender à demanda daquele Estado e Município. Sendo assim, constatou-se que os projetos ligados à pauta ambiental ao longo dos anos foram decaindo justamente pela necessidade de o Estado atender essas outras demandas, deixando mais de lado a demanda ambiental.

Em contato com os Estados, foi possível verificar a necessidade por este tipo de projeto e foi realizada uma ampla consulta a todos os membros e órgãos com competência na matéria como o Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Fazenda, para que de fato fosse elaborada uma proposta robusta e que estivesse alinhada aos grandes marcos do Governo Federal na pauta ambiental.

Vanessa agradeceu à equipe da Leany e da Virgínia, pois com o auxílio delas foi possível trazer muitos elementos do PPA para esta agenda. Mencionou que foram realizadas muitas conversas com a Fazenda para garantir este alinhamento, para garantir que esta Resolução tivesse um valor agregado para o plano de transformação ecológica e também agradece à equipe do Guilherme representante do Ministério da Fazenda, que se disponibilizou desde o início a construir esta Resolução. Ressalta ainda a ajuda do Tesouro que foi também de grande valia, pois abordou como seria a questão do sublimite. E deixa o seu agradecimento com relação a todos os membros bem como à equipe da SAIN que demonstrou muito interesse nesta pauta ambiental e nos projetos ambientais ligados a Estados e Municípios. Esclarece que de fato foram cumpridos todos os requisitos, e que houve manifestação favorável da CONJUR com relação às Resoluções. E por isso estão maduros o suficiente para colocarem estas Resoluções em deliberação.

Vanessa então, abre a palavra para os membros se manifestarem.

Guilherme parabeniza pela iniciativa e informa que para eles esta discussão tem uma importância muito grande, porque ela dialoga com um dos elementos mais estratégicos que é o plano de desenvolvimento daquela Pasta que é o Plano de Transformação Ecológica e que este é um primeiro passo em um tema que é bastante rico e amplo para um desenho mais adequado de financiamento para Estados e Municípios que estejam alinhados com o tema ambiental e climático. E que além de parabenizar quer dizer que, apesar da SAIN ter novos elementos que a equipe gostaria de discutir, estes são elementos que podem ser apreciados em reuniões posteriores, para que se vá agregando elementos e fortalecendo esta visão, construindo assim um pacote de medidas que são complementares e se voltam para a mesma direção.

Guilherme passa então a palavra pra Ivan da SAIN que parabeniza e menciona que ao longo do processo foram realizadas conversas muito interessantes e que se conectam bem com o que o Governo quer entregar, que é uma agenda de conexão de crescimento econômico e agenda ambiental e climática. Menciona que foi realizada por parte da SAIN uma sugestão de que *umfast track* de acesso a recursos concessionais fosse agregada à proposta, mas que entendem que a proposta original pode ser aprovada como está, pois se trata de um passo importante e uma entrega relevante neste ano de Cofix. E que para a próxima reunião do ano que vem, seja realizado sequenciamento de trabalhos para apresentação de uma nova Resolução especificamente sobre a questão do crédito concessional que a SAIN entende como sendo grande importância especialmente para viabilizar o financiamento em áreas de mais difícil acesso, onde o financiamento é mais custoso. E conectando bem com as demandas já existentes em âmbito doméstico e internacional também foi falado sobre isso, o Brasil está na presidência do G20 e que o acesso concessional e o acesso aos fundos verdes é parte essencial de entregas nossas no grupo de finanças sustentáveis no G20. Entende que temos um caminho a ser construído ao longo dos próximos meses e que uma nova Resolução venha a se somar a esta, facilitando o acesso ao crédito concessional no Brasil e se coloca à disposição.

Joan Frederick manifesta total apoio e convergência com o que foi proposto.

Vanessa diz que o trabalho realizado resulta em uma sinergia com o que é prioridade para o Governo Federal e com isso um feito relevante e único que é trazer os Estados e Municípios para esta agenda ambiental. Ressalta que a Cofix é uma peça importante para a realização deste trabalho, sempre levando em consideração a garantia da sustentabilidade da dívida tendo o Tesouro como parceiro extremamente relevante. Que o objetivo, então, é que todos possam seguir fazendo esses avanços e que possam aumentar os recursos disponíveis para a agenda ambiental sempre sem perder de vista a ótica fiscal e levando-se em consideração a importância do equilíbrio fiscal.

Deliberações:

Vanessa pergunta se com relação ao item 5.1 da proposta para Resolução de Projetos Climáticos e Ambientais se algum dos membros se manifesta de forma contrária a esta Resolução. Não houve manifestação contrária e por isso foi considerada aprovada a referida Minuta de Resolução.

Vanessa questiona então com relação à proposta para Resolução de Parceria Público-Privada se alguém se manifesta de forma contrária a esta Resolução. Não houve manifestação contrária e por isso também foi considerada aprovada a referida Minuta de Resolução.

E conclui que não havendo manifestações contrárias, as duas Minutas de Resoluções foram consideradas aprovadas.

9. Justificativa para recomendação de retirada de pauta de Programas/Projetos:

Inadequação orçamentária

1. Programa de Integração e Segurança Hídrica do Sertão Baiano;
2. Programa de Saneamento Ambiental nos Vales do São Francisco e do Parnaíba;
3. Brasil Contra o Crime;
4. Programa Piloto de Gestão Proativa, Segura e Resiliente da Malha Rodoviária no Nordeste.

Excederam o limite orçamentário da reunião:

1. Programa de Recuperação e Manutenção Segura e Resiliente de Rodovias Estaduais (Estrada Boa);
2. Programa de Investimentos para o Desenvolvimento da Infraestrutura de Energia Elétrica em Santa Catarina;
3. Programa de Drenagem Urbana de São Vicente - São Vicente dos 500 anos;
4. Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza;
5. Programa de Qualificação Urbana de Centralidades em Belo Horizonte - Qualificação de Centralidades;
6. Programa de Mobilidade Inteligente, Sustentável e Segura do Município de Porto Alegre;
7. Programa Agrologístico de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar, Turismo Inclusivo e Adaptação as Mudanças do Clima no Estado do Tocantins;
8. Pará Mais Digital - Conectividade Significativa para a Transformação Digital do Pará;
9. Melhoria do sistema de macrodrenagem visando a diminuição dos eventos de enchentes, alagamentos e inundações e implantação de Parques Lineares no Município de Campinas, SP;
10. Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará: infraestrutura e saneamento na praia do Atalaia em Salinópolis/PA - PROSEP III;
11. Programa de Aceleração e Desenvolvimento Municipal;
12. Programa de Drenagem Urbana Resiliente às Mudanças Climáticas de Porto Alegre;
13. Campinas + Sustentável: Construindo um Futuro Melhor;
14. Programa Viva Bem Joinville - Moradia Social, Mitigação de Inundações e Melhorias Urbanísticas Sustentáveis;

15. Implantação do Corredor de Transporte Coletivo BRT Expresso DF do Eixo Norte Etapa;

16. Programa de Sustentabilidade Ambiental das Microrregiões de Água e Esgoto de Pernambuco - PSA Microrregiões.

Impossibilidade de conclusão da análise técnica por falta de informações

1. Programa de Fomento a Infraestrutura de Energia Sustentável na Amazônia.

Violação do espaço fiscal do Ente:

1. Programa de investimento em saúde para o fortalecimento e consolidação da rede de atenção às doenças crônicas não transmissíveis e saúde digital no estado de Alagoas;

2. Programa de Infraestrutura e Transformação Digital de Pernambuco.

Apresentação da Capacidade de Pagamento com classificação C

1. Programa de Infraestrutura e Transformação Digital de Pernambuco.

Programa ainda não estar incluído no plano do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do Proponente

1. Programa Goiás em Movimento Reconstrução.

Programa ProFisco III ainda não ter sido aprovado pelo Governo Federal

1. Projeto de Modernização do Estado de Goiás;

2. Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará;

3. Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Amazonas.

10. Encerramento

Vanessa agradece a parceria neste primeiro ano de Cofix e, como foi colocado pela Renata, no início do ano foram realizadas propostas audaciosas de mudança na comissão e que a SEAID se preocupou em trabalhar muito próximo de todos para que pudesse ser dada a maior transparência possível para os processos, para a melhoria da governança e que foi recebido muito apoio de todos os que estiveram presentes neste processo e que agora que foi possível a realização de entregas tão importantes neste ano, de tantos projetos aprovados e a viabilização de mudanças mais profundas.

Que todos sabem que para o ano de 2024 temos uma agenda muito robusta e temos como grande entrega nesta gestão a implementação do Portal Único de Financiamentos Externos, que trata de uma plataforma onde é possível ter uma transparência com relação a todo este fluxo de processos, na qual é possível mapear o fluxograma do financiamento, começar a trabalhar a agilidade desses processos, e que todos os membros serão muito importantes para que se possa identificar os gargalos e possibilite que o financiamento seja de fato uma ferramenta para o desenvolvimento econômico, pois todos sabem que a

demora no processo pode resultar na perda desses projetos em um momento de mudança de gestão, de governo, eleição, então o que puder ser feito para ter essa entrega no final do ano será feito e que a Cofix será mantida informada de todos os avanços que forem sendo realizados.

Neste momento o foco dos trabalhos está no Módulo 1 do SIGS, que é o módulo de submissão das cartas consultas, ou seja, a primeira etapa que o pleiteante tem que cumprir para submeter a carta e que quem já trabalhou com Estado e Município sabe o tanto que este sistema está defasado, o tanto que é difícil submeter carta, então esta é a prioridade neste momento: viabilizar um sistema mais fluido. E ano que vem o compromisso é de entregar o SIGS e o compromisso de todos juntos é trabalhar na Resolução Cofix, para que seja possível de fato, como mencionado pela Leany, entregar Políticas Públicas nas áreas que são prioritárias, projetos na área social e algumas entregas já foram alcançadas como o recebimento de mais projetos de norte e nordeste.

Vanessa menciona que foi realizada uma reunião do Ministério do Planejamento na semana em que ocorreu esta reunião da Cofix e foi apresentada uma reunião com muito mais projetos voltados para as áreas norte e nordeste e que foi algo muito interessante, pois nesta Cofix foram realizadas muito mais submissões do que em qualquer outra Cofix, então que de fato quando se entrega transparência, se tem este resultado: os Estados e Municípios conseguem ver dentro do financiamento uma forma de entregar desenvolvimento econômico.

Vanessa abre então a palavra para os membros e questiona se alguém gostaria de fazer alguma consideração neste final de Ciclo Cofix de 2020 - 2023.

Renato menciona que logo que a Cofix foi assumida pela atual equipe, eles tiveram uma conversa bem satisfatória, por constatar como a equipe rapidamente diagnosticou os problemas da Cofix e também ressaltaram as coisas boas que foram sendo construídas ao longo dos últimos anos que estão sendo mantidas e aprimoradas, e parabenizou a equipe por conseguir uma efetiva presença e participação de todos nas reuniões, e que nem sempre vai haver consenso, mas que isso também é muito importante, porque faz parte de um colegiado e que todos estão aqui para colocarem os seus diversos pontos de vista e construir a melhor solução juntos, então que como Secretaria-Executiva todos estão de parabéns pelo ano que passou e que tem certeza que no ano que vem agora que a equipe está com um bom domínio e conhecimento de todos os processos, todos vão evoluir ainda mais. Colocou à disposição a equipe do Tesouro, mencionou que estão todos trabalhando muito próximos e que foi um prazer trabalhar com toda a equipe e demais membros da Cofix.

Vanessa agradece e diz que não havendo mais considerações, encerra a reunião da Cofix e que todos os membros se veem novamente no dia 14 de março. Deseja um bom final de ano e bons trabalhos a todos.

Eu, Renata Vargas Amaral, Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento, assino presente Ata, após a confirmação por e-mail de todos os representantes acerca de seu teor.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vargas Amaral, Secretário(a)**, em 01/08/2024, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira, Secretário(a) Executivo(a) Adjunto(a)**, em 02/08/2024, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40477394** e o código CRC **A72D8FF4**.

Referência: Processo nº 03101.103208/2023-34

SEI nº 40477394